

Dos nomes dos arquipélagos e das ilhas: o caso de Política Linguística da Madeira e o Património Linguístico

HELENA REBELO

1. Antroponímia e Toponímia: vestígios de um Património Linguístico

Dar nomes a lugares é como dar nomes a ideias ou realidades novas. É como fazer ressurgir o processo da Criação do *Génesis*. Isto é um “tablet”. Isto é uma “pen”. Isto é uma “interface”. Isto é um “teleférico”. Isto é... Este é o “Aeroporto Internacional da Madeira: Cristiano Ronaldo”. Elas são “euro-deputadas”. Às vezes, quem está por trás do nome, quem o motiva, é conhecido. Porém, na maioria das ocasiões em que surge algo considerado novo, perde-se a autoria. Quem nomeou pela primeira vez? Quem escolheu este termo em vez de outro? Palavras como “Impressionismo”, para o movimento artístico surgido no século XIX, e “Geringonça”, para a modalidade governativa parlamentar ocorrida em Portugal, no ano de 2015, têm autoria. Todavia, pelo facto de o vocábulo ir sendo repetido infindavelmente, torna-se familiar, adquirindo diversos valores. Estes dois exemplos tinham um sentido original depreciativo e ganharam, depois, carga positiva, valorativa. Ninguém se questiona, então, sobre a sua validade, aceitando o nome apenas para nunca, ou raramente, o pôr em causa. Aliás, convirá perguntar se é legítimo fazê-lo, ou seja, se se deve aceitar sem qualquer reserva.

Numa comunidade linguística, é possível os falantes levantarem questões sobre a nomenclatura. Podem mesmo vir a recusar o próprio nome, inclusive o apelido, o sobrenome, o nome de família. Hoje, é permitido a qualquer pessoa, com, evidentemente, razões válidas, nomeadamente as de género (um tema tão em voga), alterar o nome que lhe atribuíram à nascença e passar de

um nome feminino para um masculino ou *vice versa*, assim como passar para um nome que assuma as duas vertentes. Esta possibilidade de, legalmente, alterar o nome pode chegar ao nome de família como se disse. Por exemplo, há situações em que, pelo casamento, as mulheres optam por adicionar aos seus apelidos o último do cônjuge e, se se divorciam, decidem apagá-lo do registo, embora os filhos o conservem porque a família virá identificada por esse apelido. Os antropónimos identificam gerações, ramos de famílias que vão divergindo, perdendo-se a origem, embora alguns a conservem: “Henriques” é o filho de Henrique como “Fernandes” é filho de Fernando, sendo o “s” final uma reminiscência medieval da influência das línguas germânicas na portuguesa.

Os nomes das pessoas são bens linguísticos patrimoniais que os indivíduos herdaram e passam de geração em geração sem, com frequência, os questionar. O Património Linguístico pode estudá-los no âmbito da Antroponímia e perceber várias relações históricas entre pessoas e lugares, por exemplo. É sabido que apelidos como “Melim”, “Perestrela” ou “Vasconcelos”, embora não sejam exclusivos da ilha do Porto Santo, têm, aí, um grande predomínio. Há, igualmente, pessoas que ficam conhecidas pela terra de onde são nativas, trazendo no nome o local de origem. Um dos mais famosos casos aconteceu com Leonardo da Vinci, já que “Vinci” é o nome da terra do artista, tendo o topónimo assumido a função de antropónimo.

A mim, eu que vim morar para a ilha da Madeira em 1998, também me tem sucedido, embora ocasionalmente e, evidentemente, com as devidas proporções, uma situação idêntica. No território continental, há pessoas minhas conhecidas que me passaram a identificar como “a Helena da Madeira”. Não significa a designação que passei a ser a “dona” da Madeira, mas apenas que, entre quem do grupo se chame “Helena”, eu sou aquela que vive na Madeira, de onde (contrariamente ao caso de Leonardo da Vinci) não sou nativa. A minha experiência de ilhoa tem mais de vinte anos e, olhando para trás, registo maneiras bem diferentes de encarar essa realidade: houve, de certo modo, uma evolução. Sucede com a população. Quando cheguei, ultrapassando literalmente o sentido de “Já chegámos à Madeira”, a população encarava a realidade regional, inclusive a linguística, de maneira depreciativa, desvalorizando-a (Aqui, não há isto ou aquilo como em Lisboa, como no Continente./ Aqui, as pessoas falam assim e não articulam./ Aqui, temos várias limitações./ etc.). Vinte anos decorridos, noto que se caiu no extremo oposto, sobrevalorizando-se, às vezes excessivamente, o que é regional, destacando-se o possessivo como se tudo fosse realmente de todos e sempre único (Na

Madeira, nós dizemos assim... — e, muitas vezes, em território continental ou nos Açores também se diz de igual forma. / Na Madeira, é que é! / A “nossa” Festa, o “nosso” bolo do caco, a “nossa” poncha, etc.). A mim, parece-me que não podemos viver de extremos e é indispensável encontrar algum bom senso. Entre a desvalorização, pontualmente profunda, e a sobrevalorização, marcadamente excessiva, é indispensável estudar o que é regional e local para o valorizar na medida em que o merece ser. É preciso ensinar a ver o fenómeno regional de um ponto de vista crítico para reencontrar um certo equilíbrio opinativo.

2. A minha descoberta da condição do ilhéu

Na minha experiência regional, isso também se verificou. Parto dela para ensaiar uma reflexão que tenho amadurecido ao longo desta vivência e que se funda na pertinência ou não do topónimo “Madeira” para designar, inicialmente, um arquipélago e, posteriormente, uma região autónoma. Uma das últimas ocasiões em que abordei o assunto foi com Maria Teresa Nascimento, aquando da comunicação “Ocorrências do Topónimo “Porto Santo” na Literatura”, para o Ciclo de Conferências: 600 Anos de Globalização: A Madeira na Expansão Marítima Portuguesa, que ocorreu no Centro de Congressos do Porto Santo, em 2018.

2.1. Antes de viver na Madeira

Foram motivos profissionais que me levaram à opção de vir e ficar a morar no Funchal. Antes disso, a minha ideia da Madeira era a de uma pequena mancha arquipelágica pintada, em pleno Oceano Atlântico, junto à costa ocidental africana, em mapas do mundo. A minha ideia, orientada pela imaginação, era de pequenez — um espaço geográfico extremamente reduzido com, por isso, limitações a diversos níveis. Já escrevi que era quase a impressão de ilha da banda desenhada que funcionava para o socorro de náufragos: um pedacinho de terra rodeada de mar com, no meio, uma palmeira, mais especificamente, um coqueiro, sendo aqui essa variedade substituída pela bananeira, que eu vira pela primeira vez na Austrália, embora não fizesse a diferença entre “cacho” (para as uvas) e “penca” com “bagos” (estes também para as uvas).

Em terras continentais, vendiam-se as pequeninas bananas saborosas, mas nada mais via daquele território insular, ou melhor, de ilhas. As notícias da Madeira traziam sempre os mesmos ventos: a política. Estas eram as duas imagens concretas que relacionava com o topónimo “Madeira”, cujo campo semântico, na altura, eu reduzia a “Alberto João Jardim” ou Jardimismo” (porém, não há nenhuma ligação com dizer que “a Madeira é um jardim”) e “banana”, mesmo se tinha postais com as piscinas naturais do Porto Moniz, o Lido e as casas (ditas) típicas de Santana. A imagem da terra de flores inigualáveis conhecia-a. Todavia, não sobressaía se dissesse o topónimo “Madeira” e raramente pensava nele porque nada mo exigia. Na altura, li o *Último Cais* de Helena Marques e fiquei com um apanhado da história cosmopolita do Funchal, ampliando-se, mas não muito, a minha imagem inicial extremamente redutora. Ela só mudou depois de uma amiga ter vindo morar para o Funchal. Então, comecei a associar a Madeira ao “bolo de mel” porque ela mo trazia, alargando-se um pouco o “meu” campo semântico. Aliás, foi pelo facto de esta amiga, Ana Lúcia Lopes (a quem presto homenagem), viver na Madeira que concorri a uma vaga na Universidade da Madeira, que tinha visto, por mero acaso, num *Diário da República*.

Muni-me de um bilhete de ida e volta, quando vim pela primeira vez, após os festejos de Ano Novo de 1998. Na minha entrevista decorrida na Universidade da Madeira, fiquei a saber o que esperavam de mim profissionalmente e decidi ficar. Guardei o bilhete de regresso para ir tratar da restante bagagem que me acompanharia, aumentada, ao longo destas décadas, sendo sobretudo constituída por livros e mais livros. No momento do regresso, tive de pagar o excesso de quilos da bagagem. É um contratempo ainda hoje comum para quem vive nas ilhas e viaja constantemente com peso: umas malas de porão com bens materiais diversos, sendo alguns essenciais à existência e outros nem tanto. Assim como para o aumento da bagagem, as minhas associações relacionadas com “Madeira” multiplicaram-se, ganhando um sentido realista explicado pela experiência quotidiana, em que a imaginação já não era predominante. Havia estradas (não “auto”, claro) novinhas em folha: a Via Rápida e a Via Litoral com túneis de quilómetros, embora se mantivessem as estreitíssimas estradas regionais traçadas em curvas e contracurvas, com quedas de água inesperadas e “furados”. Havia comércio novinho em folha: inaugurou-se o Madeira Shopping e o Fórum Madeira, depois veio o Dolce Vita que se transformou, recentemente, em La Vie. No entanto, tentavam resistir alguns centros comerciais de menor escala: o Europa, o Anadia, o Oudinot, o Infante, as Arcadas de São Francisco, as Galerias de São João e as de São Lourenço, isto

para lembrar apenas alguns. Curiosamente, situavam-se, e ainda se situam (uns mais abandonados do que outros), todos no Funchal. Havia a oferta cultural incessante: cinema (bastante comercial, embora também alternativo), teatro (muito e feito por grupos amadores), dança (com a oferta a aumentar), concertos de música de géneros diversos, exposições, etc. Havia aqui, afinal, tudo o que tinha em Coimbra. Viver na cidade do Funchal era como residir em qualquer outra, com a particularidade de ter o mar à porta e a serra à janela.

2.2. Os primeiros anos na Madeira

Ignoro como terá sido chegar à Madeira no início do século XV (1418? 1419? 1420?), vindo de caravela e trazendo o necessário para passar algum tempo ou, depois, morar aqui (“povoar” adequa-se mais), nesta “nova” terra, que, sendo já conhecida dos navegadores, vinha identificada em mapas antigos, anteriores ao século XV. O nome da ilha maior, segundo consta em portulanos italianos, já lhe tinha sido atribuído. Não havendo alternativa marítima, eu vim de avião (o bilhete de volta estava marcado para daí a dias) com uma mala e tinha a minha amiga a aguardar no aeroporto, que não era, nessa altura, designado por “Cristiano Ronaldo”, e cuja ampliação estava ainda a ser concluída, se a memória não me falha. Ao ver a Ana com um casacão como se se estivesse em plena invernia foi um facto que me surpreendeu. Já tinha vivido na Guarda, supostamente a cidade mais fria de Portugal, e experimentara o frio. Iria reencontrar o Cieiro no Atlântico? Descobri que não porque, por aqui, o predominante é o Leste e é quente. Depois, fiquei a saber que, afinal, o clima vai-se alterando em função das mudanças da paisagem: mais verde é sinal de mais fresco e chuvoso (por exemplo, Santana), enquanto mais seco e ventoso giram em torno de uma paisagem em tons acastanhados (por exemplo, a Ponta de São Lourenço). Aprendi que, num dia, podemos ter as quatro estações do ano — quase como a elipse do filme *Notting Hill* em que meses decorrem enquanto o protagonista percorre a rua do mercado — e que a roupa deve acompanhar essas diferenças. Janeiro deveria ser frio, mas comecei por tirar as meias, quando cheguei, porque tinha calor. À noite, porém, arrefecia bastante. Nas primeiras chuvas, agasalhava-me; agora, apenas levo comigo um guarda-chuva e um calçado impermeável porque é quente, pelo menos no Funchal.

Os primeiros cinco anos foram de “descoberta” para conhecer *in loco* a cultura e as gentes. A realidade da ilha da Madeira é cambiante, opondo-se o Norte e o Sul, o mar e a terra do Norte e do Sul, assim como do Oriente

(bastante ventoso) e do Ocidente (mais soalheiro), “a cidade” (o Funchal) e “o campo” — mesmo se as diferenças se vão progressivamente esbatendo, mas, em 1998, os estudantes universitários identificavam-se como sendo do “campo” e tive de pedir que especificassem (Porto Moniz, Santana, São Vicente, Ribeira Brava, etc.), compreendendo eu, então, que a Universidade era fundamental porque permitia, a quem não teria outras, a possibilidade de frequentar o Ensino Superior. Estes estudantes nunca iriam fazer uma experiência continental, tornando-se já o Funchal uma realidade completamente distinta da que conheciam.

O trabalho ocupava-me os dias e nunca senti, contrariamente a muitos colegas continentais, que o mar me aprisionava (porque, a mim, me abria horizontes) ou que os limites da ilha da Madeira eram excessivamente curtos. É preciso dizer que o avião se tornou um autêntico autocarro e que saía frequentemente em viagens de trabalho, para participar em congressos, assim como por razões pessoais. Aos familiares e amigos que “me” vieram visitar, querendo fazer turismo, deixei de dar a “volta à ilha”. Ficavam com a impressão — completamente errada — que se conseguia ver/ visitar tudo numa semana. Ora, para quem tem outra forma de “ver”, há sempre algo para descobrir. Por exemplo, eu ainda não conheço, pessoalmente, o Fanal, nunca se proporcionou, embora já o tenha visto em curtas-metragens ou em fotografias. Além disso, digo constantemente que, para conhecer a Madeira, é necessário ir ao Porto Santo e permanecer nesta ilha algum tempo. Aí, sim, tem-se a noção do todo, ou melhor, do todo habitado porque ainda há as Desertas (onde ainda não fui) e as Selvagens (que também nunca visitei), a fim de compreender a essência arquipelágica.

2.3. A experiência do Porto Santo

Por razões de necessidade de serviço académico, fui encaminhada para a área da Fonética e da Fonologia. A minha tese de doutoramento tinha, obrigatoriamente, de ser neste campo. Pensando em temas e discutindo-os com o orientador, o Professor Doutor Jorge Morais Barbosa, que já tinha acompanhado o meu trabalho para a dissertação de mestrado, na Universidade de Coimbra, a escolha recaiu sobre a ilha do Porto Santo. Eu tinha proposto, entre outras possibilidades, o Curral das Freiras ou uma comparação entre Câmara de Lobos e o Caniçal. Porém, o Porto Santo sobrepunha-se. Fiquei eu a saber, então, que, enquanto docente, conhecera perfeitamente a realidade do arquipélago porque assumira funções numa Comissão Instaladora

da Universidade. A revelação foi uma autêntica surpresa para mim. Ciente da pertinência de estudar a ilha mais pequena, eu desenvolveria uma investigação em que pudesse dar conta da Fonética (e da Fonologia) da população do Porto Santo no início do novo milénio. Faria um “retrato fonético/ fonológico” da pronúncia das diferentes gerações da ilha. Como falam? Como articulam o vocalismo? Que particularidades consonânticas têm? O que caracteriza, a nível fonético/ fonológico, o falar na ilha mais pequena?

O propósito era bom, mas demasiado ambicioso e utópico. O percurso foi dificultado por (des)aventuras intermináveis. Eu nunca estivera no Porto Santo, previamente, embora já vivesse no Funchal há cerca de quatro anos. A primeira viagem foi feita de avião e deixou uma boa impressão. A duração de quinze minutos era bem menor do que aquela que me levava do Funchal ao aeroporto, em Santa Cruz, de carro. Nessa ocasião, no Porto Santo, fiz uma visita de reconhecimento num táxi, o que era comum. Fui tomando notas. Fiquei hospedada num hotel e decidi tratar do alojamento para os próximos dois anos. Dispensada, oficialmente, das aulas, nada me retinha no Funchal. Aluguei quarto para, como qualquer investigador, ir recolher no local amostras que pudesse estudar, conhecendo a realidade linguística por dentro, observando-a no quotidiano, além de a gravar de modo criterioso, quando se justificasse.

Porém, problemas de serviço obrigaram-me a dar o dito por não dito junto da senhoria e a voltar a trazer para o Funchal os bens que levava para o quarto que nem chegara a estrear. A solução, enquanto tive de dar aulas, foi fazer a travessia semanalmente, primeiro no Lobo Marinho I e depois no Lobo Marinho II. Os contratemplos permitiram que entendesse “por dentro”, e vivenciasse integralmente, a condição de “dupla insularidade”. O Mar da Travessa não é nada brando e fui ganhando vocação de marinheira, observando os passageiros à ida e à volta, enquanto preparava o trabalho. Partia de madrugada e regressava à noite, aproveitando os dias para contactos e gravações com as dificuldades inerentes ao processo, por não ter ponto de apoio fixo. Foi indispensável rever o tema e adequá-lo à realidade. Restringiu-se ao vocalismo oral acentuado e limitar-se-ia a dois informantes masculinos de gerações distintas (idoso e jovem). Seria unicamente fonético e teria um *corpus* reduzido pré-elaborado pronto a ser testado. Deve-se a Pierre Martin, docente e investigador da Universidade de Laval, no Québec-Canadá, em cujo Laboratório de Fonética trabalhei intensivamente nos meses estivais de 2003, a João Saramago, investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, e a Maria Clara Rolão Bernardo, docente e investigadora

da área da Fonética na Universidade dos Açores, a ajuda na definição desta linha de investigação. Todas as gravações que realizara até àquele momento serviriam de material de apoio. À RDP-Madeira devo a ajuda na transposição das gravações em cassetes para formato digital em CD. O estúdio da Rádio Praia, no Porto Santo, acabou por ser fundamental para as gravações finais do *corpus* pré-estabelecido. A experiência marcou-me a diversos níveis e passei a considerar-me verdadeiramente ilhoa. Sabia, agora, o que era ser da ilha mais pequena. Compreendia, agora, um pouco as dificuldades por que teriam passado, e ainda passam, os ilhéus, sobretudo os do Porto Santo.

2.4. A nova visão da “Madeira”

Fui amadurecendo a ideia de que os continentais desconhecem os ilhéus e estes aqueles: nem as pessoas, nem as mentalidades, nem as culturas, nem as paisagens. Vivem em (quase) total ignorância. Já o escrevi e confirmo-novamente. Amadureci igualmente uma outra que me faz ampliar aquela: os ilhéus não conhecem os ilhéus, assim como os continentais não conhecem os continentais: quem é do Norte raramente conhece o Sul e quem é do Ocidente pouco sabe dos do Oriente; quem é do Interior pode ter ido ao Litoral, mas não é bem “a sua terra”. A proposta de uma “pátria” em visão “micro” de Maria Beatriz da Rocha Trindade é extremamente pertinente para entender aquilo que se designa por “a minha terra”/ “a nossa terra”. É certo que as novas gerações se movimentam mais e que a “viagem” dá a ver e permite descobrir, mas uma observação empírica de leitura de jornais e de consumidora de notícias diz-me que o número dos que partem para visitar é menor do que daqueles que ficam, sem querer saber das “terras dos outros”. Entendi também que aquilo que chamamos “a nossa terra” pode variar em função da situação e não representa o mesmo para todos os falantes. Dizer “Sou da Madeira” o que significa, então? Representa o mesmo que “ser de Machico”, “ser do Caramachão”, “ser do Campo de Baixo”, “ser da cidade Vila Baleira”? Eu comecei a dizer que “sou” da terra onde estou. Também digo que “venho” da Madeira, quando me apresento em qualquer situação fora da Madeira.

A minha experiência marítima semanal ao Porto Santo, durante cerca de quatro anos, fez com que o topónimo “Madeira” representasse, para mim, uma infinidade de elementos entrecruzados. Deixou de ser “a ilha” (o que para muitos locais, sejam eles de onde forem, é) para ser, verdadeiramente, “o arquipélago” (realidade conhecida de todos, mas que muitos não vivenciaram e que, por isso, não conseguem entender, nem verbalizar, sendo “a sua terra”

exclusivamente a ilha maior). O nome “Região Autónoma da Madeira” deixa, por isso, algo por dizer. Não exprime a totalidade porque se concentra, insistindo, numa parte. Hoje, vejo o nome “Madeira” essencialmente como o da ilha porque deixou de comportar as outras ilhas. Portanto, vou especificando no discurso, o mais que posso, a diferença, mas verifico que a “confusão” entre ilha e arquipélago está instalada e durará enquanto não se tomar uma medida de Política Linguística que obrigue a rever um elemento do Património Linguístico regional identificador, se bem que seja problemático. Parece ser preciso mudar o nome da região, que é autónoma, e, conseqüentemente, do arquipélago. Não sei se já alguém defendeu esta tese, que pode parecer “mirabolante”, mas não o é, se se pensar um pouco na questão da importância dos nomes, tanto para as pessoas como para os lugares. Os políticos devem estar atentos e os linguistas também.

3. Proposta de alteração toponímica para “Madeira”

O ano de 2019 passou por três eleições: as primeiras para o Parlamento Europeu, as segundas para o Parlamento da Região Autónoma da Madeira (RAM) e as terceiras para o Parlamento Nacional. Os diversos partidos políticos foram distribuindo propaganda nas ruas e colocando alguma nas caixas do correio. Dos panfletos, programas, manifestos, entre outra documentação a que tive acesso e que pude analisar, destaco o modo como são referidos os habitantes da RAM, ou melhor, a opção que os políticos fazem para mencionar os seus concidadãos e a maneira como se reportam ao território que querem governar/ representar. Listo os dados recolhidos, por ordem alfabética dos partidos.

Na documentação do “ALIANÇA/ MADEIRA”, registam-se as seguintes referências: “com a Madeira”, “para todos os madeirenses”, “o centro de saúde do Porto Santo”, “descarbonização da região”, “entre Funchal — Lisboa — Ponta Delgada”, “Aeroporto do Porto Santo”, “aeroporto Cristiano Ronaldo”, “a Pérola do Atlântico”, “/aliancamadeira”, “ELEIÇÃO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA”. Observa-se que o Porto Santo é mencionado relativamente a duas construções: o centro de saúde e o aeroporto. O nome “Madeira” parece contemplar a totalidade, mas ao usar uma expressão como “a Pérola do Atlântico”, compreende-se que o centro é a ilha da “Madeira”. Nos documentos do Bloco de Esquerda, destacam-se os seguintes excertos: “A MADEIRA PARA TODOS”, “BlocoMadeira”,

“Bloco de Esquerda Madeira”, “PARA O PORTO SANTO E CONTINENTE”, “TODA A REGIÃO”, “RAM”, “na Madeira”, “REGIONAIS/ 2019”. Verifica-se que o Porto Santo é destacado, sendo mencionado, quase por oposição, relativamente à ilha da Madeira e ao território continental. Para o CDS, registam-se: “ligações aéreas para a Madeira”, “a Região”, “com o continente”, “o destino Madeira”, “aos produtos da Madeira” e “para a Madeira”. Fica claro que o Porto Santo não tem qualquer destaque, estando incluindo nas referências à “Madeira”, embora deixem dúvidas as indicações para as “ligações aéreas”, os “produtos” e o “destino”, já que aqui nem sempre é a mesma realidade da ilha da Madeira e a do Porto Santo. Para a “CDU”, as referências ao Porto Santo são múltiplas e observa-se que as do nome “Madeira” o incluem e excluem (em maior número) simultaneamente: “REGIONAIS/ MADEIRA/ 2019”, “1º Candidato da CDU às Eleições Regionais da Madeira”, “Candidatos da CDU à Assembleia Regional da Madeira”, “em defesa dos trabalhadores e do Povo, da Madeira e do Portossanto [sic]”, “a Madeira e Porto Santo”, “Região”, “Região Autónoma da Madeira”, “Para defender os Madeirenses e Portossantenses”, “Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira de 2019”, “a quem defende os trabalhadores e o povo Madeirense e Portossantense”, “ALRAM”, “Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira”, “para o Porto Santo”, “para a Madeira e Porto Santo”, “os interesses dos Madeirenses e Porto-santenses”, “a nossa Região”, “1ª Candidata da CDU à Assembleia da República pela Região Autónoma da Madeira”, “Candidatos da CDU à Assembleia da República pelo Círculo da Madeira”, “para um País melhor”. Quanto ao partido Iniciativa Liberal, na documentação, destaca-se que a referência é exclusiva à ilha da Madeira, não tendo em conta o arquipélago: “A MADEIRA COMO JÓIA RARA: A PÉROLA DO ATLÂNTICO”, “A MADEIRA COMO ILHA ATLÂNTICA”, “PARA QUE A MADEIRA SE TORNE UM DESTINO APETECÍVEL”. Para o JPP, nas seguintes referências, o nome “Madeira” também inclui e exclui o Porto Santo: “Estimados cidadãos da Madeira e do Porto Santo”, “na Ilha da Madeira”, “as dificuldades do Madeirense e do Porto-santense”, “o custo da insularidade”, “nós também somos Madeirenses”, “Região”, “os Madeirenses e Porto-santenses na República”, “todos os Madeirenses e Porto-santenses”, “dar Voz à Madeira”, “Madeirenses. Para o “PAN/MADEIRA”, não há referências explícitas ao Porto Santo: “PAN/ PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA/ MADEIRA”, “Região Autónoma da Madeira”, “Região”, “com o voto dos madeirenses”, “municípios do arquipélago”, “entre a Madeira e o continente”. Na documentação do PCTP/MRPP, as menções ao Porto Santo estão presentes porque a designação “Madeira” o parece excluir, como se pode

observar pela recolha realizada: “Região Autónoma da Madeira”, “o povo madeirense e porto-santense”, “Região”, “na nossa região e o povo da Madeira e do Porto Santo”, “madeirenses e porto-santenses”, “da nossa Região”, “da Região da Madeira”, “O povo da Madeira [...] da sua Região”, “autonomia da Madeira”, “cultura (a *madeiranidade* [...])”, “A Madeira e o Porto Santo [...] uma das regiões”, “o Novo Hospital Central do Funchal”, “a Madeira”, “Faculdade de Medicina da Madeira”, “o novo Hospital Central da Região”, “os governos de Lisboa e do Funchal”, “zona económica exclusiva da Madeira”, “pesca madeirense”, “a Madeira [...] uma centralidade atlântica”, “todas as freguesias da ilha”, “entre as ilhas e entre o arquipélago, a Região Autónoma dos Açores e o continente”, “todos os madeirenses e porto-santenses”, “turismo madeirense”. Quanto ao “PS Madeira”, sucede o mesmo porque a ilha mais pequena não é destacada, mas há uma indicação — “no norte da ilha” — essa é a “Madeira” como se pode comprovar, já que esse topónimo é o único referido: “Região”, “Madeira-Continente”, “as tradições e cultura madeirenses”, “Hospital Central da Madeira”, “da região”, “Fundo Azul Madeira”, “Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC) no norte da ilha”. Quanto aos documentos recebidos do “Madeira PSD”, aparece manuscrito “Madeirenses e Portosantenses [sic]” e todas as outras indicações estão impressas normalmente. Verifica-se que as referências explícitas ao Porto Santo são várias, não se confundindo, na maioria dos casos, com a indicação de “Madeira”, como se pode comprovar: “do nosso povo”, “RAM”, “Região”, “de insularidade e de dupla insularidade, no caso do Porto Santo”, “República”, “ultraperiferia (RUP)”, “residentes e estudantes madeirenses”, a Região e o continente português”, “entre as Ilhas e o continente português”, “Aeroporto Internacional da Madeira”, “Madeira”, “RTP M”, “Hospital da Madeira”, “beneficiários madeirenses e porto-santenses”, “CINM- Centro Internacional de Negócios da Madeira”, “MAR-Registo Internacional de Navios da Madeira”, “Registo Internacional de Aeronaves da Madeira”, “as nossas Comunidades Madeirenses”, “incêndios registados na Madeira”, “Madeira”, “Universidade da Madeira (UMA) [sic]”, “RTP Madeira”, “os Madeirenses e os Porto-Santenses [sic]”. Para o PTP, o Porto Santo está destacado da Madeira: “PTP é defender a Madeira e o Porto Santo”, “entre o arquipélago e o continente”, “residentes da Madeira”, “para o Porto Santo”.

Assim, da análise da documentação política observada, sobressaem três posições: a) Não referem explicitamente o Porto Santo ou os seus habitantes, usando exclusivamente “Madeira” para a totalidade do território. b) Referem explicitamente o Porto Santo ou os seus habitantes, distinguindo-os da Madeira e dos madeirenses. c) Mantêm uma referência dúbia, que especifica o

Porto Santo, excluindo-o e incluindo-o na que fazem para o nome “Madeira”. Do conjunto, a posição c) parece predominar. Como é fácil depreender do que se observou, um arquipélago com o nome de uma das ilhas, ficando a outra habitada “incluída” naquele, não parece ser a melhor opção. A “Madeira” é diferente de muitos outros casos de arquipélagos porque o nome da ilha maior “abarca” o das restantes — “Madeira: Madeira, Porto Santo, Selvagens e Desertas”. Isso não sucede normalmente. Por exemplo, para os restantes territórios da Macaronésia os arquipélagos têm um nome específico que não se confunde com o de nenhuma ilha: “Açores: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo”, “Canárias: La Graciosa, Lanzarote, Fuerteventura, Grã Canária, Tenerife, La Palma, La Gomera e El Hierro” e “Cabo Verde: Santa Luzia, Santo Antão, São Vicente, Sal, São Nicolau, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava”. Continuando no Atlântico, há “São Tomé e Príncipe” que junta no nome do arquipélago o das duas ilhas — “a do Príncipe e a de São Tomé”. Na impossibilidade de referir todos os arquipélagos do mundo, observem-se as: “Baleares: Menorca, Maiorca, Ibiza e Formentera”. A Itália e a França têm ilhas que vêm identificadas isoladamente: Sicília, Sardenha, Córsega, Noirmoutier, Île Saint Michel, Île Saint Malot. A Grécia é um conjunto de ilhas, comportando uma parte continental. Provavelmente, o caso de Malta é o mais próximo do da Madeira, mas em vários mapas aparece com a indicação “Malta e Gozo”.

Em suma, pelo mundo fora, as escolhas linguísticas para identificar os arquipélagos são variadas. Sintetizam-se esquematicamente: a) Opção por um nome aglutinador (“Grécia”, “Guadalupa”, “Japão”, “Indonésia”, “Polinésia”, “Nova Zelândia”), b) Escolha de um nome no plural (“Caraíbas”, “Maldivas”), c) Uso do plural “Ilhas” acompanhado de um qualificativo no plural (“Ilhas Britânicas”, “Ilhas Maurícias”, “Ilhas Fidji”) e d) Junção dos nomes das ilhas do arquipélago (“São Tomé e Príncipe”), Portanto, a questão de Política Linguística que o topónimo “Madeira” levanta merece atenção e é facilmente solucionada. Os nomes próprios dos lugares podem ser mudados? Sim, podem sê-lo. Basta querê-lo e, neste caso, são os políticos que o devem fazer.

As propostas são várias. O plural pode ser uma delas (as Madeiras: o Arquipélago das Madeiras/ a Região Autónoma das Madeiras). Aliás, ouviu-se a uma investigadora açoriana, num evento científico. A junção dos dois nomes das ilhas habitadas também pode ser uma outra solução (a Madeira e o Porto Santo: o Arquipélago da Madeira e do Porto Santo/ a Região Autónoma da Madeira e do Porto Santo). Esta parece ser a proposta seguida, implicitamente, pelos políticos na documentação consultada. Depois, é possível

pensar noutros nomes (uns mais consensuais que outros). As “Ilhas dos Amores” poderia ser uma possibilidade, retomando *Os Lusíadas*. Por isso, crê-se que seria importante, sondar a população que poderia avançar com propostas. Os habitantes da ilha da Madeira, provavelmente, não compreenderão a necessidade de mudança, mas qualquer habitante do Porto Santo, entendê-la-á porque são esses ilhéus quem mais sofre com a sobreposição do nome de “Madeira” para a ilha, o arquipélago e a região. O Património Linguístico não impede a alteração. Haverá coragem para, politicamente, mudar o topónimo?